
**INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA (1ª) EMISSÃO PÚBLICA DE
DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM
GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO,
DA ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.**

ENTRE

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.

E

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

**DATADA DE
30 DE NOVEMBRO DE 2011**



INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA PRIMEIRA (1ª) EMISSÃO PÚBLICA DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, EM SÉRIE ÚNICA, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL, PARA DISTRIBUIÇÃO PÚBLICA COM ESFORÇOS RESTRITOS DE COLOCAÇÃO, DA ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.

Pelo presente instrumento particular, as partes abaixo qualificadas:

A. ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A., sociedade por ações, sem registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), com sede na Cidade de Paranaguá, Estado do Paraná, na Rua João Eugênio, 922, Centro, CEP 83203-400, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 81.716.144/0001-40, neste ato representada na forma de seu Estatuto Social (“Emissora”); e

B. PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 4.200, Bloco 4, Sala 514, CEP 22.640-102, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.343.682/0001-38, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Agente Fiduciário”), nomeada neste instrumento para representar a comunhão dos interesses dos titulares das Debêntures (conforme definidas abaixo) (“Debenturistas”) da presente primeira (1ª) emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para distribuição pública, da Emissora (“Emissão”), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”);


celebram o presente Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Oferta Pública de Distribuição com Esforços Restritos de Colocação, da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A. (“Escritura” ou “Escritura de Emissão” e “Oferta”, respectivamente), nos termos e condições abaixo.

1. AUTORIZAÇÃO

1.1 A presente Escritura é celebrada com base na deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Emissora realizada em 30 de novembro de 2011 (“AGE”), nos termos do artigo 59 da Lei das Sociedades por Ações.

2. DOS REQUISITOS

2.1 A Emissão será realizada com observância dos requisitos abaixo:



2.1.1 Arquivamento e Publicação

2.1.1.1 A ata da AGE de que trata a Cláusula 1.1 acima será arquivada na Junta Comercial do Estado do Paraná (“JUCEPAR”) e publicada no Diário Oficial do Estado do Paraná e no “Jornal do Estado”, nos termos dos artigos 62, inciso I, e 289 da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.2 Inscrição e Registro da Escritura

2.1.2.1 Esta Escritura e seus eventuais aditamentos deverão ser inscritos na JUCEPAR, de acordo com o disposto no artigo 62, inciso II, e parágrafo 3º da Lei das Sociedades por Ações.

2.1.3 Dispensa de Registro na CVM

2.1.3.1 A presente Emissão está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM, nos termos do artigo 6º da Instrução da CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição.

2.1.4 Registro na CETIP S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos (“CETIP”)

2.1.4.1 As Debêntures (conforme definidas abaixo) serão registradas para: (a) distribuição pública no mercado primário por meio do SDT – Módulo de Distribuição de Títulos (“SDT”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo a distribuição liquidada financeiramente através da CETIP; e (b) negociação, observado o disposto na Cláusula 3.8 abaixo, no mercado secundário por meio do SND – Módulo Nacional de Debêntures (“SND”), administrado e operacionalizado pela CETIP, sendo as negociações liquidadas financeiramente e as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP.

2.1.5 Dispensa de Registro na ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (“ANBIMA”)

2.1.5.1 A presente Emissão não será registrada na ANBIMA por se tratar de oferta pública de valores mobiliários com esforços restritos de distribuição e não haver prospecto, nos termos do parágrafo 1º do artigo 25 do Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários.

3. DAS CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO

3.1 Objeto Social da Emissora

3.1.1 A Emissora tem por objeto social (i) a prestação de serviços de: armazéns gerais; acondicionamento de produtos fertilizantes e corretivos, por conta e ordem de terceiros; operadores portuários; comissária de despachos aduaneiros; desembaraço de cargas; unitização de cargas e corretagem de cargas de exportação; agenciamento de importações e exportações por conta de terceiros; terminais de cargas e contêineres, incluindo estacionamento de contêineres cheios e/ou vazios; estacionamento de equipamentos de movimentação e/ou transporte de contêineres; inspeção de contêineres e transporte e movimentação dos mesmos; manutenção, reparos e reformas de contêineres e de seus equipamentos de movimentação e/ou transporte; estufagem e desestufagem; operação de terminais de cargas e descargas de mercadorias próprias e de terceiros; transporte rodoviário de cargas e/ou contêineres com veículos próprios e/ou de terceiros; operações em recintos alfandegados; transporte, recepção, armazenagem e expedição de (a) granéis sólidos, (b) granéis líquidos, (c) carga geral, e (d) carga de projeto; locação de bens móveis; máquinas e equipamentos; e (ii) a participação em outras sociedades, simples ou empresárias, bem como associações de qualquer natureza, na qualidade de acionista, quotista, sócia ou associada.

3.2 Número da Emissão

3.2.1 Esta é a primeira (1ª) emissão pública de debêntures da Emissora.

3.3 Número de Séries

3.3.1 A Emissão será realizada em uma única série.

3.4 Montante da Emissão

3.4.1 O montante total da emissão será de R\$172.000.000,00 (cento e setenta e dois milhões de reais), na Data de Emissão (conforme definida abaixo).

3.5 Quantidade de Debêntures

3.5.1 Serão emitidas 172 (cento e setenta e duas) Debêntures.

3.6 Banco Mandatário e Agente Escriurador

3.6.1. O banco mandatário da presente Emissão será o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, nº 100, Torre Olavo Setubal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 60.701.190/0001-04 (“Banco Mandatário”), e o Agente Escriurador das Debêntures será a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição

financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 (“Agente Escrirador”).

3.7 Destinação dos Recursos

3.7.1 Os recursos captados por meio da Emissão serão destinados ao pagamento de 50% (cinquenta por cento) das ações de emissão de empresa a ser adquirida, direta ou indiretamente, pela Emissora.

3.8 Registro para Distribuição e Negociação

3.8.1 As Debêntures serão registradas (i) para distribuição no mercado primário por meio do SDT; e (ii) para negociação em mercado secundário por meio do SND, ambos administrados e operacionalizados pela CETIP, sendo a custódia eletrônica das Debêntures e a liquidação financeira realizadas através da CETIP.

3.8.2 As Debêntures somente poderão ser negociadas em mercados regulamentados de valores mobiliários depois de decorridos 90 (noventa) dias de sua subscrição ou aquisição pelos Investidores Qualificados (conforme abaixo definido), nos termos dos artigos 13 e 14 da Instrução CVM 476, e do cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476. Somente investidores qualificados, conforme definidos na Instrução da CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (“Instrução CVM 409”), e observado o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476, poderão adquirir as Debêntures, ressalvado o disposto no parágrafo 1º, do artigo 15 da Instrução CVM 476.

3.8.3. O público alvo da Emissão serão investidores qualificados, assim definidos nos termos do artigo 109 da Instrução CVM 409, e ainda o disposto no artigo 4º da Instrução CVM 476 (em conjunto, “Investidores Qualificados”), observado o disposto na Cláusula 3.9 abaixo.

3.9 Colocação e Procedimento de Distribuição

3.9.1 As Debêntures serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição, sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos do “Instrumento Particular de Coordenação, Colocação e Distribuição com Esforços Restritos, de Debêntures Simples, não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, sob Regime de Garantia Firme de Subscrição, da Primeira (1ª) Emissão Pública da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.” (“Contrato de Colocação”).

3.9.2 O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”). Para tanto, o Coordenador Líder poderá acessar no máximo 50 (cinquenta) Investidores Qualificados, sendo possível a subscrição ou aquisição por, no máximo, 20 (vinte) Investidores Qualificados, conforme definido nesta Escritura.

3.9.3 Nos termos da Instrução CVM 476 e para fins da Emissão descrita na presente Cláusula: (i) todos os fundos de investimento serão considerados Investidores Qualificados, ainda que se destinem a investidores não qualificados e (ii) as pessoas naturais e jurídicas consideradas Investidores Qualificados deverão subscrever ou adquirir, no âmbito da Emissão, Debêntures no montante mínimo de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais).

3.9.4 A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.

3.9.5 A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do SDT, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição previsto nesta Cláusula.

3.9.6 No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Qualificado assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM e a ANBIMA; (ii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Colocação e na regulamentação aplicável; e (iii) concorda com todos os termos e condições dessa Emissão.

3.9.7 Não será concedido qualquer tipo de desconto aos interessados em adquirir Debêntures no âmbito da Emissão, bem como não existirão reservas antecipadas, nem fixação de lotes máximos ou mínimos, independentemente de ordem cronológica.

3.9.8 Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

4. DAS CARACTERÍSTICAS DAS DEBÊNTURES

4.1. Características Básicas

4.1.1 Valor Nominal Unitário

4.1.1.1 O valor nominal unitário das Debêntures será de R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) na Data de Emissão (conforme definida abaixo) (“Valor Nominal Unitário”).

4.1.2 *Quantidade de Debêntures*

4.1.2.1 Serão emitidas 172 (cento e setenta e duas) Debêntures, em série única.

4.1.3 *Data de Emissão*

4.1.3.1 Para todos os fins e efeitos legais, a data de emissão das Debêntures é 7 de dezembro de 2011 (“Data de Emissão”).

4.1.4 *Prazo e Data de Vencimento*

4.1.4.1 O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 96 (noventa e seis) meses contados da Data de Emissão, ocorrendo, portanto, em 7 de dezembro de 2019 (“Data de Vencimento”), ressalvadas a hipótese de resgate antecipado, prevista na Cláusula 5.2 e as hipóteses de vencimento antecipado, previstas na Cláusula 5.3 abaixo. Na ocasião do vencimento, a Emissora obriga-se a proceder ao pagamento das Debêntures que ainda estejam em circulação pelo Valor Nominal Unitário ou pelo saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios devidos (conforme definidos abaixo) e Encargos Moratórios (conforme definidos abaixo), se houver, calculados na forma prevista nesta Escritura.

4.1.5 *Forma e Emissão de Certificados*

4.1.5.1 As Debêntures serão emitidas na forma nominativa e escritural, sem a emissão de certificados.

4.1.6 *Comprovação de Titularidade das Debêntures*

4.1.6.1 Para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato da conta de depósito das Debêntures emitido pelo Agente Escriturador. Adicionalmente, será reconhecido, como comprovante de titularidade de Debêntures custodiadas eletronicamente no SND, extrato em nome do Debenturista expedido pela CETIP.

4.1.7 *Conversibilidade*

4.1.7.1 As Debêntures serão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora.

4.1.8 *Espécie*



4.1.8.1 As Debêntures serão da espécie com garantia real, nos termos do artigo 53 da Lei das Sociedades por Ações conforme descrita na Cláusula 4.10 abaixo.

4.2 Subscrição

4.2.1 Prazo de Subscrição

4.2.1.1 As Debêntures serão subscritas e integralizadas, em uma única data, a qualquer tempo a partir da data de início da distribuição das Debêntures, observado o disposto no artigo 8º, parágrafo 2º, da Instrução CVM 476 ("Data de Subscrição").

4.2.2 Preço de Subscrição

4.2.2.1 O preço de subscrição de cada Debênture será seu Valor Nominal Unitário acrescido dos Juros Remuneratórios (conforme definidos abaixo), calculados *pro rata temporis* desde a Data de Emissão até a Data da Subscrição.

4.2.3 Direito de Preferência

4.2.3.1 Não há direito de preferência na subscrição das Debêntures.

4.3 Integralização e Forma de Pagamento

4.3.1 As Debêntures serão integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, na Data de Subscrição, de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP.

4.4 Atualização do Valor Nominal Unitário

4.4.1 Não haverá atualização monetária do Valor Nominal Unitário das Debêntures por qualquer índice.

4.5 Remuneração

4.5.1 Juros Remuneratórios das Debêntures

4.5.1.1 As Debêntures farão jus ao pagamento de juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, Over Extra-Grupo, expressas na forma percentual ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculada e divulgada diariamente pela CETIP no informativo diário, disponível em sua

página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxas DI”), acrescida exponencialmente do *Spread* (conforme abaixo definido) ao ano, com base em 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculados de forma exponencial e cumulativa, *pro rata temporis*, por dias úteis corridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário de cada Debênture ou sobre o saldo de seu Valor Nominal Unitário, caso tenha havido pagamento de Juros Remuneratórios (a seguir definidos), ou tenham sido realizadas amortizações, a partir da Data de Emissão ou na data prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior e pagos ao final de cada Período de Capitalização, conforme definido abaixo (“Juros Remuneratórios”)

4.5.1.2 Os Juros Remuneratórios correspondentes ao Período de Capitalização (conforme definido abaixo) serão pagos semestralmente nos dias 7 de junho e 7 de dezembro de cada ano, até a Data de Vencimento das Debêntures, ou, caso estes não sejam dias úteis, no primeiro dia útil subsequente, conforme o caso, sendo que o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios ocorrerá em 7 de junho de 2012.

4.5.2 *Forma de Cálculo dos Juros Remuneratórios*

4.5.2.1 Os Juros Remuneratórios deverão ser calculados de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

J = valor unitário dos Juros Remuneratórios, acumulado no respectivo Período de Capitalização, devido na data de seu efetivo pagamento, calculado com 6 (seis) casas decimais sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário, ou o saldo do Valor Nominal Unitário, no início de cada Período de Capitalização, informado/calculado com 6 (seis) casas decimais, sem arredondamento;

FatorJuros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *Spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$FatorJuros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI com uso de percentual aplicado em cada Período de Capitalização, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$FatorDI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até "n_{DI}";

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over, consideradas em cada Período de Capitalização, na apuração do "FatorDI", sendo "n_{DI}" um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculada com 8 (oito) casas decimais com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até n_{DI};

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa na forma de percentual ao ano, calculada e divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = sobretaxa de juros fixos calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{Spread}{100} + 1 \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

onde:

Spread = os seguintes valores que variam de acordo com a razão entre o Endividamento Financeiro Líquido (conforme definido na Cláusula 5.3.1.1 (xxii) abaixo) e o EBITDA (conforme definido na Cláusula 5.3.1.1(xxii) abaixo) acrescido de Dividendos (conforme definido na Cláusula 5.3.1.1(xxii) abaixo), a ser calculada semestralmente com base em informações financeiras consolidadas auditadas:

ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO LÍQUIDO/(EBITDA + DIVIDENDOS) (" RAZÃO DÍVIDA EBITDA ")	<i>SPREAD</i>
Razão Dívida EBITDA ≥ 3,5x	2,9000 a.a.
3,5x > Razão Dívida EBITDA ≥ 2,5x	2,3500 a.a.
Razão Dívida EBITDA < 2,5x:	2,1000 a.a.

DP = número de dias úteis entre a Data de Emissão ou a data de pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior, e a data atual, conforme o caso, sendo “DP” um número inteiro.

4.5.2.2 Para fins de cálculo dos Juros Remuneratórios:

- (i) o fator resultante da expressão $[1 + (TDI_k)]$ é considerado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (ii) efetua-se o produtório dos fatores diários $[1 + (TDI_k)]$, sendo que a cada fator diário acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (iii) uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (iv) o fator resultante da expressão (FatorDI x FatorSpread) é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento;
- (v) a Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP;
- (vi) o *Spread* aplicável aos Juros Remuneratórios, desde a Data de Emissão até o 1º (primeiro) pagamento de Juros Remuneratórios em 31 de maio de 2012, será 2,9000;
- (vii) na hipótese de a Razão Dívida EBITDA ser alterada, os Juros Remuneratórios passarão a ser referenciados pelo *Spread* aplicável conforme tabela acima, a partir do próximo Período de Capitalização a contar da data de apuração nos termos da Cláusula 5.3.1.1(xxii);
- (viii) em qualquer hipótese de alteração da Razão Dívida EBITDA, o Agente Fiduciário deverá comunicar os Debenturistas, a Emissora e a CETIP, por escrito, a fim de notificá-los do novo *Spread* aplicável, com até 2 (dois) dias úteis de antecedência ao início do próximo Período de Capitalização no qual deverá vigorar o novo *Spread*, conforme aqui previsto; e
- (ix) caso a Emissora não apresente informações financeiras consolidadas auditadas para determinado Período de Capitalização, o *Spread* a ser utilizado no próximo Período de Capitalização será necessariamente 2,9000 a.a.

4.5.2.3 No caso de indisponibilidade temporária da Taxa DI quando do pagamento de qualquer obrigação pecuniária prevista nesta Escritura, será utilizada, em sua substituição, a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, tanto por parte da Emissora quanto dos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.4 Na ausência de apuração e/ou divulgação da Taxa DI por prazo superior a 10 (dez) dias úteis da data esperada para sua divulgação, ou, ainda, no caso de sua extinção ou impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver o substituto legal da Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas (conforme definida abaixo) em até 2 dias úteis contados do décimo dia da ausência de apuração, da extinção ou impossibilidade de aplicação, conforme o caso, para definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado. Até a deliberação sobre o novo parâmetro a ser utilizado, para o cálculo do valor de quaisquer obrigações previstas nesta Escritura, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI conhecida até a data da deliberação da Assembleia Geral de Debenturistas, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

4.5.2.5 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, exceto na hipótese de impossibilidade de sua aplicação por imposição legal ou determinação judicial, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo dos Juros Remuneratórios das Debêntures.

4.5.2.6 Caso não haja acordo sobre a taxa substitutiva entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação, a Emissora resgatará antecipadamente e, conseqüentemente, cancelará a totalidade das Debêntures em circulação, sem multa ou prêmio de qualquer natureza, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas, pelo Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios calculada *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão. Nesta hipótese, para cálculo dos Juros Remuneratórios aplicável às Debêntures a serem resgatadas e, conseqüentemente, canceladas, será utilizada a mesma taxa diária produzida pela última Taxa DI divulgada oficialmente.

4.5.3. Período de Capitalização

4.5.3.1 Define-se período de capitalização ("Período de Capitalização") como sendo o intervalo de tempo que se inicia na Data da Emissão, no caso do primeiro Período de Capitalização, ou na data



prevista do pagamento dos Juros Remuneratórios imediatamente anterior (inclusive), no caso dos demais Períodos de Capitalização, e termina na data prevista para o pagamento de Juros Remuneratórios correspondente ao período em questão (exclusive). Cada Período de Capitalização sucede o anterior sem solução de continuidade, até a Data de Vencimento.

4.6 Repactuação

4.6.1 Não haverá repactuação das Debêntures.

4.7 Amortização

4.7.1 *Amortização das Debêntures*

4.7.1.1 O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 11 (onze) parcelas semestrais, de acordo com a tabela abaixo, sendo a primeira parcela devida em 7 de dezembro de 2014:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL UNITÁRIO DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
7 de dezembro de 2014	9,0909%
7 de junho de 2015	9,0909%
7 de dezembro de 2015	9,0909%
7 de junho de 2016	9,0909%
7 de dezembro de 2016	9,0909%
7 de junho de 2017	9,0909%
7 de dezembro de 2017	9,0909%
7 de junho de 2018	9,0909%
7 de dezembro de 2018	9,0909%
7 de junho de 2019	9,0909%
7 de dezembro de 2019	9,0910%

4.8 Condições de Pagamento

4.8.1 *Local de Pagamento e Imunidade Tributária*

4.8.1.1 Os pagamentos a que fazem jus as Debêntures serão efetuados: (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente no SND; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente no SND: (a) na sede da Emissora ou do Agente Escrirador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.

4.8.1.2 Caso qualquer Debenturista goze de algum tipo de imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Mandatário, com cópia para a Emissora, até 15 (quinze) dias úteis antes da



data prevista para quaisquer dos pagamentos relativos às Debêntures, documentação comprobatória dessa imunidade ou isenção tributária, sob pena de ter descontado dos seus rendimentos, decorrentes do pagamento das Debêntures de sua titularidade, os valores devidos nos termos da legislação tributária em vigor.

4.8.1.2.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 4.8.1.2 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Mandatário e ao Agente Escriurador, com cópia para a Emissora, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Mandatário e/ou pelo Agente Escriurador ou pela Emissora.

4.8.1.2.2 Mesmo que tenha recebido a documentação referida na Cláusula 4.8.1.2.1 acima, e desde que tenha fundamento legal para tanto, fica facultado à Emissora depositar em juízo ou descontar de quaisquer valores relacionados às Debêntures a tributação que entender devida, sem que esse fato possa gerar pretensão indenizatória contra a Emissora, o Banco Mandatário ou o Agente Escriurador por parte de qualquer Debenturista ou terceiro.

4.8.2 *Prorrogação dos Prazos*

4.8.2.1 Considerar-se-ão automaticamente prorrogadas as datas de pagamento de qualquer obrigação, até o primeiro dia útil subsequente, se a data de vencimento da respectiva obrigação coincidir com feriado nacional, sábado ou domingo, ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, sem qualquer acréscimo aos valores a serem pagos, ressalvados os casos cujos pagamentos devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente haverá prorrogação quando a data de pagamento da respectiva obrigação coincidir com sábado, domingo ou feriado nacional.

4.8.3 *Encargos Moratórios e Multa*

4.8.3.1 Sem prejuízo dos Juros Remuneratórios, os quais continuarão a incidir até que o valor devido seja efetivamente pago, ocorrendo impontualidade no pagamento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias relativas às Debêntures, os débitos vencidos e não pagos serão acrescidos de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis*, desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento, bem como de multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial (em conjunto, “Encargos Moratórios”).

4.8.4 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos*

4.8.4.1 Sem prejuízo do disposto na Cláusula 4.8.3.1 acima, o não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer das obrigações pecuniárias da Emissora nas datas previstas nesta Escritura ou em comunicado publicado pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento dos Juros Remuneratórios e/ou Encargos Moratórios no período relativo ao atraso no recebimento, sendo-lhe, todavia, assegurados os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento de Juros Remuneratórios e/ou Data de Vencimento.

4.9 **Publicidade**

4.9.1 Todos os anúncios, avisos e demais atos e decisões decorrentes desta Emissão que, de qualquer forma, envolvam os interesses dos Debenturistas, serão publicados no Diário Oficial do Estado do Paraná e no “Jornal do Estado”, conforme estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações, observadas as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Emissão e os prazos legais, devendo a Emissora comunicar ao Agente Fiduciário qualquer publicação na data da sua realização.

4.10. **Garantia Real**

4.10.1 As Debêntures serão garantidas por (i) alienação fiduciária de 50% (cinquenta por cento) das ações de emissão da empresa a ser adquirida, direta ou indiretamente, pela Emissora; e (ii) cessão fiduciária do fluxo de dividendos e juros sobre o capital próprio a serem pagos por tal empresa à Emissora referente às referidas ações, em conta vinculada, cujo saldo depositado deverá equivaler até o máximo de 15% (quinze por cento) do saldo devedor das Debêntures (“*Cash Collateral*”). A constituição do *Cash Collateral* deverá ser realizada da seguinte forma: (a) 50% (cinquenta por cento) dos 15% (quinze por cento) do saldo devedor das Debêntures deverão ser depositados até o 24º (vigésimo quarto) mês de vigência das Debêntures; e (b) o restante deverá ser depositado até o 30º (trigésimo) mês de vigência das Debêntures. Uma vez constituído o *Cash Collateral* de 15% (quinze por cento) do saldo devedor das Debêntures, todo o fluxo de dividendos, ainda que transite pela conta vinculada, estará totalmente livre e será destinado integralmente à Emissora.

4.10.1 Aas garantias serão constituídas e liberadas, conforme o caso, de acordo com os termos e condições estabelecidos no “Instrumento Particular de Contrato de Alienação Fiduciária de Ações e Outras Avenças” e no “Instrumento Particular de Vinculação de Dividendos, Cessão Fiduciária e Administração de Contas e Outras Avenças”, a serem celebrados entre a Emissora e os Debenturistas representados pelo Agente Fiduciário, como credores fiduciários (“*Contratos de Garantia*”).



4.10.2 Os Contratos de Garantia deverão ser levados a registro, às expensas da Emissora, nos competentes cartórios de Registro de Documentos, em até 45 (quarenta e cinco) dias da Data de Emissão.

4.10.3 Caso a Emissora não cumpra a obrigação prevista na Cláusula 4.10.2 acima, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes, de forma irrevogável e irretratável, a promover os referidos registros, em nome da Emissora, como seu bastante procurador, observado que a Emissora ressarcirá todas as despesas, nos termos desta Escritura e dos Contratos de Garantia.

4.10.4 Caso seja necessária a substituição de qualquer das garantias, fica a Emissora autorizada a proceder à substituição, por outros bens ou direitos de titularidade da Emissora e/ou de terceiros, conforme o caso, e de natureza igual ou diversa daqueles dados em garantia, desde que previamente aprovado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas (“Substituição de Garantias”).

4.10.5 Observado o disposto na Cláusula 4.10.4, para os fins do disposto no artigo 70 da Lei das Sociedades por Ações, o Agente Fiduciário desde já expressa sua concordância com a Substituição de Garantias.

4.10.5 Caso a Substituição de Garantias não seja efetivada nos termos e prazos determinados nesta Escritura e nos Contratos de Garantia, as Debêntures vencerão antecipadamente, nos termos da Cláusula 5.3 (xxi) abaixo.

4.10.6 Uma vez celebrados e devidamente registrados os Contratos de Garantia, observados os requisitos para formalização e constituição das garantias previstas em tais instrumentos, estarão formalizados os Contratos de Garantia, de forma irrevogável e irretratável, em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em garantia do fiel, pontual e integral pagamento das obrigações principais e acessórias da Emissora, nos termos desta Escritura.

5. DA AQUISIÇÃO FACULTATIVA, DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA, DO RESGATE ANTECIPADO E DO VENCIMENTO ANTECIPADO

5.1 Aquisição Antecipada Facultativa

5.1.1 É facultado à Emissora, observada a restrição para negociação das Debêntures prevista na Cláusula 3.8.2 acima, adquirir Debêntures em circulação no mercado, por preço não superior ao de seu Valor Nominal Unitário, ou por preço superior ao Valor Nominal Unitário, desde que observadas as regras expedidas pela CVM nesse sentido conforme o disposto no parágrafo 3º, do artigo 55, da Lei das Sociedade por Ações, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se for o caso. As



Debêntures objeto deste procedimento poderão: (i) ser canceladas, devendo o cancelamento ser objeto de aditamento a esta Escritura; (ii) permanecer em tesouraria; ou (iii) ser novamente colocadas no mercado. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria, nos termos desta Cláusula 5.1.1, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma remuneração das demais Debêntures que ainda estiverem em circulação.

5.2 Amortização Extraordinária e Resgate Antecipado Facultativo Total

5.2.1 Além da amortização periódica prevista na Cláusula 4.7.1.1 acima, as Debêntures poderão ser amortizadas extraordinariamente (“Amortização Extraordinária de Debêntures”) ou, de forma facultativa, totalmente resgatadas (“Resgate Antecipado Facultativo Total”), nas datas de pagamento dos Juros Remuneratórios, por meio de envio de comunicado aos Debenturistas ou de publicação de comunicado aos Debenturistas nos jornais usualmente utilizados pela Emissora para suas publicações legais, em qualquer caso, com 10 (dez) dias de antecedência, informando: (i) a respectiva data da Amortização Extraordinária de Debêntures ou do Resgate Antecipado Facultativo Total; (ii) o Valor da Amortização Extraordinária de Debêntures ou o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total (conforme abaixo definidos); e (iii) quaisquer outras informações necessárias à operacionalização da Amortização Extraordinária de Debêntures ou do Resgate Antecipado Facultativo Total.

5.2.1.1 O valor da Amortização Extraordinária de Debêntures ou do Resgate Antecipado Facultativo Total devido pela Emissora será equivalente ao (i) Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação ou ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, conforme o caso, no caso de Resgate Antecipado Facultativo Total, ou de parcela do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, conforme o caso, no caso de Amortização Extraordinária de Debêntures, acrescido (ii) dos Juros Remuneratórios das Debêntures, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso; (iii) de demais encargos devidos e não pagos até a data do resgate ou da amortização, conforme o caso; e (iv) de prêmio, nos termos da Cláusula 5.2.1.2, incidente sobre o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário (“Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total” e “Valor da Amortização Extraordinária de Debêntures”, respectivamente).

5.2.1.2 Na data do pagamento do Resgate Antecipado Facultativo Total ou da Amortização Extraordinária de Debêntures, a Emissora pagará o Valor do Resgate Antecipado Facultativo Total ou o Valor da Amortização Extraordinária de Debêntures, conforme o caso, sendo o percentual do prêmio definido conforme abaixo:

PRÊMIO (%)	DATA DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL OU DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEBÊNTURES
0,80	7 de junho de 2012

PRÊMIO (%)	DATA DO RESGATE ANTECIPADO FACULTATIVO TOTAL OU DA AMORTIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DE DEBÊNTURES
0,80	7 de dezembro de 2012
0,80	7 de junho de 2013
0,85	7 de dezembro de 2013
0,85	7 de junho de 2014
0,85	7 de dezembro de 2014
0,85	7 de junho de 2015
0,85	7 de dezembro de 2015
0,85	7 de junho de 2016
0,85	7 de dezembro de 2016
0,75	7 de junho de 2017
0,75	7 de dezembro de 2017
0,59	7 de junho de 2018
0,59	7 de dezembro de 2018
0,43	7 de junho de 2019

5.2.1.3 A Emissora deverá comunicar à CETIP a realização do Resgate Antecipado Facultativo ou da Amortização Extraordinária de Debêntures, conforme o caso, através de correspondência que contenha o “de acordo” do Agente Fiduciário, com no mínimo 2 (dois) dias úteis de antecedência.

5.2.1.4 As Debêntures resgatadas serão canceladas pela Emissora.

5.2.1.5 Fica desde já certo e ajustado que qualquer Amortização Extraordinária de Debêntures em valor igual ou superior a 95% (noventa e cinco por cento) do saldo devedor do Valor Nominal Unitário da totalidade das Debêntures em circulação não poderá ser realizada, sendo substituída por resgate antecipado da totalidade das Debêntures.

5.3 Vencimento Antecipado

5.3.1 *Hipóteses de vencimento antecipado*

5.3.1.1 Os Debenturistas poderão declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido dos Juros Remuneratórios e dos Encargos Moratórios, se houver, calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, independentemente de aviso, interpelação ou notificação, judicial ou extrajudicial, na ciência da ocorrência de quaisquer dos seguintes eventos (“Eventos de Inadimplemento”):

- (i) (a) pedido de aut falência da Emissora ou pedido de falência não elidido no prazo legal; (b) decretação de falência da Emissora; (c) pedido de recuperação judicial, independentemente do deferimento de seu processamento ou da sua concessão pelo juiz competente, ou de



recuperação extrajudicial da Emissora, independentemente da homologação judicial do plano de recuperação; ou (d) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora;

- (ii) descumprimento pela Emissora de quaisquer obrigações pecuniárias devidas aos Debenturistas, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico;
- (iii) descumprimento, pela Emissora, de qualquer obrigação não pecuniária referente à emissão de Debêntures e desde que tal descumprimento não seja sanado no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar do referido descumprimento, exceto nos casos em que haja previsão de prazo de cura específico, conforme aplicável;
- (iv) inadimplemento, em sua respectiva data de vencimento ou após decorrido qualquer prazo de cura aplicável, se houver, de quaisquer obrigações financeiras da Emissora ou de qualquer empresa controlada pela Emissora, nos termos do parágrafo 2º, do artigo 243, da Lei das Sociedades por Ações (“Controlada(s)”), em montante unitário ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez milhões de reais) ou o equivalente em outras moedas, salvo se o não pagamento da dívida na data de seu respectivo vencimento (a) tiver a concordância do credor correspondente, formalmente comprovada ao Agente Fiduciário; (b) estiver amparado por decisão judicial vigente obtida pela Emissora; (c) tiver sua exigibilidade suspensa por qualquer outro motivo; ou (d) estiver amparada por garantia oferecida pela Emissora para fins de discutir, de boa-fé, a validade ou procedência do referido inadimplemento;
- (v) declaração de vencimento antecipado de qualquer dívida da Emissora ou de qualquer Controlada e tal evento não for sanado no prazo de 10 (dez) dias contados da data da declaração de vencimento antecipado;
- (vi) protesto legítimo de títulos contra a Emissora ou suas Controladas com valor unitário ou agregado, igual ou superior a R\$10.000.000,00 (dez) ou seu equivalente em outras moedas, salvo se: (a) tiver sido efetuado por erro ou má-fé de terceiros, desde que validamente comprovado pela Emissora; ou (b) for sustado ou cancelado, em qualquer hipótese, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de intimação do protesto, o qual será considerado como prazo de cura;
- (vii) não cumprimento pela Emissora ou qualquer Controlada de uma ou mais sentenças arbitrais definitivas ou judiciais transitadas em julgado contra a Emissora ou qualquer Controlada;
- (viii) transformação da Emissora em sociedade empresária limitada, nos termos dos artigos 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações;

- (ix) na hipótese de quaisquer dos documentos referentes à Emissão, quais sejam, esta Escritura de Emissão, o Contrato de Colocação e os Contratos de Alienação Fiduciária, se tornarem comprovadamente inexecutáveis ou inválidos nos termos da legislação aplicável, e tal evento não for sanado no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data em que a Emissora tomar conhecimento do referido evento;
- (x) provarem-se falsas ou revelarem-se incorretas ou enganosas em qualquer aspecto relevante, a exclusivo critério dos Debenturistas, quaisquer das declarações prestadas pela Emissora no âmbito da Emissão;
- (xi) pagamentos aos acionistas da Emissora de dividendos, incluindo dividendos a título de antecipação e/ou rendimentos sob forma de juros sobre capital próprio, quando a Emissora estiver inadimplente com os Debenturistas em relação a qualquer obrigação pecuniária relativa às Debêntures, ressalvado, entretanto, o pagamento do dividendo mínimo obrigatório previsto em lei;
- (xii) alteração do objeto social disposto no Estatuto Social da Emissora, que modifique ou restrinja substancialmente as atividades atualmente por ela praticadas;
- (xiii) transferência ou qualquer forma de cessão ou promessa de cessão a terceiros, pela Emissora, das obrigações assumidas na Escritura, sem prévia autorização dos Debenturistas;
- (xiv) redução, superior a 30% (trinta por cento), de capital social da Emissora, inclusive na hipótese de absorção de prejuízos;
- (xv) redução, superior a 30% (trinta por cento), do patrimônio líquido da Emissora com o objetivo de ressarcir acionistas que desejam se desvincular do negócio;
- (xvi) alteração do Estatuto Social da Emissora que seja seguida de exercício de direito de retirada por qualquer dos acionistas da Emissora, em montante que possa afetar, direta ou indiretamente, o cumprimento das obrigações da Emissora previstas nesta Escritura de Emissão, a exclusivo critério dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- (xvii) na hipótese de serem prestadas, pela Emissora ou por suas Controladas, conforme aplicável, durante o prazo das Debêntures, garantias fora do curso normal de seus negócios, em operações não contempladas em seu objeto social e que em conjunto somem



mais de R\$20.000.000,00 (vinte milhões de reais);

- (xviii) aquisição e/ou fusão e/ou incorporação de ativos pela Emissora que não sejam correlatos ou complementares ao objeto social descrito na Cláusula 3.1.1 acima;
- (xix) ocorrência de qualquer evento que, na avaliação dos Debenturistas, tenha, com relação à Emissora (a) qualquer efeito adverso relevante nos seus poderes ou capacidade jurídica e/ou econômico-financeira de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura; e/ou (b) qualquer evento ou condição que, após decurso do prazo ou envio de notificação, ou ambos, possa resultar em um Evento de Inadimplemento ("Evento Adverso Relevante");
- (xx) ocorrência de qualquer alteração na composição societária da Emissora, incluindo alienação, cessão ou transferência de ações do capital social da Emissora, em qualquer operação isolada ou série de operações, que resultem na aquisição originária do Poder de Controle da Emissora, de forma direta ou indireta, por algum acionista ou grupo de acionistas vinculado por acordo de votos, sob controle comum, ou, ainda, representando mesmo centro de interesses, exceto nos casos de oferta pública inicial e/ou alienação de participação para pessoa jurídica com *rating* público igual ou superior a A- ou seu equivalente. Para fins deste item (xx), "Poder de Controle" significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos societários da Emissora, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito;
- (xxi) se as garantias previstas na Escritura: (a) forem objeto de questionamento legítimo pela Emissora; (b) não forem devidamente constituídas; (c) forem anuladas, nulas, ou invalidadas sob qualquer forma; ou (d) de qualquer forma, deixarem de existir ou forem rescindidas e tal evento não for sanado ou a Emissora não substituir ou reforçar tais Garantias, no prazo de 30 (trinta) dias úteis contados da data em que Emissora tomar conhecimento do referido evento; ou
- (xxii) não observância, pela Emissora, enquanto houver Debêntures em circulação, de qualquer dos seguintes índices e limites financeiros a serem calculados anualmente com base nas demonstrações financeiras consolidadas auditadas da Emissora ("Índices e Limites Financeiros"):
 - (a) Endividamento Financeiro Líquido/(EBITDA + Dividendos) menor ou igual a 6,00 (seis inteiros) para os cálculos realizados em 2011, sendo que exclusivamente para o ano de 2011, os cálculos serão baseados em um balanço *pro forma* auditado,

apresentado pela Emissora, que consolidará os 12 (doze) meses de 2011 do balanço da empresa a ser adquirida no balanço da Emissora;

- (b) Endividamento Financeiro Líquido/(EBITDA + Dividendos) menor ou igual a 4,50 (quatro inteiros e cinquenta centésimo) para os cálculos realizados em 2012;
- (c) Endividamento Financeiro Líquido/(EBITDA + Dividendos) menor ou igual a 3,50 (três inteiros e cinquenta centésimo) para os cálculos realizados em 2013; e
- (d) Endividamento Financeiro Líquido/(EBITDA + Dividendos) menor ou igual a 3,00 (três inteiros) para os cálculos realizados a partir de 2014.

Para os fins do disposto no inciso (xxii) acima entende-se por:

"Endividamento Financeiro Líquido": o endividamento financeiro deduzido do saldo de caixa e das aplicações financeiras da Emissora relativo aos 12 (doze) meses anteriores ao cálculo;

"EBITDA": o somatório dos resultados consolidados da Emissora, relativos aos últimos 4 (quatro) trimestres, antes de deduzidos (i) o imposto sobre a renda e a contribuição social sobre o lucro líquido, (ii) as depreciações e as amortizações, inclusive a amortização do ágio pago na aquisição da Emissora, e (iii) as despesas financeiras deduzidas das receitas financeiras; e

"Dividendos": direitos a dividendos e juros sobre capital próprio de sociedades investidas da Emissora, cujas demonstrações financeiras não estejam consolidadas nas demonstrações financeiras da Emissora.

Os Índices e Limites Financeiros serão acompanhados pelo Agente Fiduciário anualmente, com base nas informações financeiras consolidadas auditadas da Emissora e no relatório expedido pelo auditor independente demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros. A primeira apuração e verificação dos Índices e Limites Financeiros, nos termos desta Escritura de Emissão, deverá considerar o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2011.

5.3.1.2 A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento descritos nos itens (i); (ii); (iv); (viii); (ix); (xi); (xiii); e (xxi) acima, não sanados nos respectivos prazos de cura, se aplicável, acarretará o vencimento antecipado automático das Debêntures. Neste caso, o Agente Fiduciário, assim que ciente, deverá declarar vencidas todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigir o pagamento pela Emissora do que for devido, no prazo estabelecido na Cláusula 5.3.2 abaixo.

5.3.1.3 Na ciência da ocorrência de quaisquer outros Eventos de Inadimplemento não

mencionados na Cláusula 5.3.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá convocar uma Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre não vencimento antecipado das Debêntures, conforme estabelecido na Cláusula 8ª desta Escritura. Na Assembleia Geral de Debenturistas, os Debenturistas poderão optar, por deliberação de titulares que representem, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação, por não declarar antecipadamente vencidas as Debêntures, exceto pela deliberação sobre o não vencimento antecipado das Debêntures devido à ocorrência do evento previsto no item (xx) da Cláusula 5.3.1.1 acima, a qual exigirá apenas a maioria dos presentes.

5.3.2 Uma vez vencidas antecipadamente as Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente carta à Emissora, com cópia para o Banco Mandatário e para o Agente Escriturador, informando tal evento, para que a Emissora efetue o pagamento do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido dos Juros Remuneratórios calculados *pro rata temporis* no Período de Capitalização em questão, no prazo de 3 (três) dias úteis a contar da data de recebimento da carta encaminhada pelo Agente Fiduciário ou outro prazo que for deliberado pela unanimidade dos Debenturistas reunidos na referida Assembleia Geral de Debenturistas.

5.3.3 A CETIP deverá ser comunicada com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência do pagamento referido na Cláusula 5.3.2 acima.

5.3.4 Caso a Emissora não proceda ao resgate das Debêntures na forma estipulada na Cláusula 5.3.2 acima, além dos Juros Remuneratórios devidos, serão acrescidos ao saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures os Encargos Moratórios, incidentes desde a data de vencimento antecipado das Debêntures até a data de seu efetivo pagamento, conforme Cláusula 4.8.3 acima.

5.3.5 A Emissora deverá comunicar o Agente Fiduciário sobre qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das demonstrações financeiras consolidadas que resulte em desenquadramento de qualquer dos Índices e Limites Financeiros. Nessa hipótese, o Agente Fiduciário deverá convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre eventual adequação dos Índices e Limites Financeiros às novas regras ou práticas contábeis, que deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 3/4 (três quartos) das Debêntures em circulação.

5.3.5.1 Ressalvada a hipótese prevista na Cláusula 5.3.5, a alteração de qualquer dos Índices e Limites Financeiros, por qualquer motivo, deverá ser aprovada por Debenturistas representando, no mínimo, 90% (noventa por cento) das Debêntures em circulação.

6. DAS OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA

6.1. Além de observar as obrigações impostas pela legislação em vigor, a Emissora se obriga a:

(i) fornecer ao Agente Fiduciário os seguintes documentos e informações:

- (a) no prazo previsto na legislação vigente, após o término de cada exercício social ou nas datas de suas divulgações, o que ocorrer primeiro, (i) cópia de suas demonstrações financeiras completas relativas ao respectivo exercício social, acompanhadas do relatório da administração da Emissora e do parecer dos auditores independentes, demonstrando a apuração dos Índices e Limites Financeiros, explicitando as rubricas necessárias à sua apuração, atestando a sua efetiva legalidade, legitimidade, exigibilidade, validade, ausência de vícios, suficiência de informações e veracidade, sob pena de impossibilidade de verificação e conferência pelo Agente Fiduciário, podendo solicitar à Emissora esclarecimentos adicionais que se façam necessários; e (ii) declaração de Diretor da Emissora atestando o cumprimento das disposições desta Escritura de Emissão;
- (b) semestralmente, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias da data de início do novo Período de Capitalização, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas completas relativas ao semestre anterior;
- (c) notificação da convocação de qualquer assembleia geral de acionistas, bem como a data e ordem do dia da assembleia a se realizar, cópias de todas as atas de todas as assembleias gerais de acionistas, dentro de 30 (trinta) dias após sua realização;
- (d) informações a respeito de qualquer dos eventos indicados na Cláusula 5.3 acima imediatamente após a sua ocorrência;
- (e) avisos aos Debenturistas, fatos relevantes, conforme definidos na Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), assim como atas de assembleias gerais e reuniões do conselho de administração da Emissora que, de alguma forma, possam influir de modo ponderável o interesse dos Debenturistas, no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que forem (ou devessem ter sido) publicados ou, se não forem publicados, da data em que forem realizados;
- (f) todos os dados financeiros e atos societários necessários à realização do relatório anual, conforme Instrução CVM n.º 28, de 23 de novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la ("Instrução CVM 28"), que venham a ser solicitados pelo Agente Fiduciário, os quais deverão ser devidamente encaminhados pela



Emissora em até 30 (trinta) dias antes do encerramento do prazo para disponibilização do mesmo na CVM; e

- (g) mediante solicitação, (i) cópia de toda documentação encaminhada à CVM referente à Emissão e (ii) cópia de toda documentação e informações cuja divulgação seja exigida pela Instrução CVM 476.
- (ii) proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros, nos termos exigidos pela Lei das Sociedades por Ações, promovendo a publicação das suas demonstrações financeiras, nos termos exigidos pela legislação em vigor, em especial pelo artigo 17 da Instrução CVM 476;
- (iii) atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, abaixo transcritas:
 - (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com a regulamentação da CVM;
 - (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM;
 - (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, dentro de 3 (três) meses contados do encerramento do exercício social;
 - (d) manter os documentos mencionados no item (c) acima em sua página na rede mundial de computadores, por um prazo de 3 (três) anos;
 - (e) observar as disposições da Instrução da CVM 358 no tocante ao dever de sigilo e vedações à negociação;
 - (f) divulgar em sua página na rede mundial de computadores a ocorrência de fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e
 - (g) fornecer as informações solicitadas pela CVM e/ou pela CETIP;
- (iv) enviar à CETIP: (a) as informações divulgadas na rede mundial de computadores previstas na alínea (c) do subitem (iii) acima; (b) documentos e informações exigidas por esta entidade no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento de notificação nesse sentido; assim como (c)

atender integralmente as demais obrigações previstas no Comunicado CETIP nº 28, de 2 de abril de 2009;

- (v) manter a sua contabilidade atualizada e efetuar os respectivos registros de acordo com os princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil;
- (vi) convocar Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que direta ou indiretamente se relacionem com a presente Emissão, nos termos da Cláusula 8ª desta Escritura, caso o Agente Fiduciário não o faça;
- (vii) cumprir todas as determinações da CVM, com o envio de documentos e, ainda, prestando as informações que lhe forem solicitadas;
- (viii) manter em adequado funcionamento órgão para atender, de forma eficiente, aos Debenturistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- (ix) não realizar operações fora de seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- (x) notificar, imediatamente, o Agente Fiduciário sobre qualquer ato ou fato que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora, bem como sobre a ocorrência de qualquer um dos Eventos de Inadimplemento, previstos na Cláusula 5.3.1 acima;
- (xi) manter seus bens relevantes adequadamente segurados, conforme práticas usualmente adotadas pela Emissora;
- (xii) efetuar pontualmente o pagamento dos serviços relacionados ao registro das Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP;
- (xiii) arcar com todos os custos decorrentes: (a) da distribuição das Debêntures, incluindo todos os custos relativos ao seu registro na CETIP; (b) de registro e de publicação dos atos necessários à Emissão, tais como esta Escritura, seus eventuais aditamentos e os atos societários da Emissora e atos constitutivos das garantias à presente Emissão; e (c) das despesas com a contratação de Agente Fiduciário, Banco Mandatário e Agente Escriturador;
- (xiv) efetuar recolhimento de quaisquer tributos ou contribuições que incidam ou venham a incidir sobre a Emissão e que sejam de responsabilidade da Emissora;

- (xv) não efetuar pagamento de dividendos ou de juros sobre capital próprio caso esteja em mora com relação às Debêntures, exceto pelo mínimo legal exigido na Lei das Sociedades por Ações;
- (xvi) manter válidas e regulares, durante todo o prazo de vigência das Debêntures e desde que haja Debêntures em circulação, as declarações e garantias apresentadas nesta Escritura, no que for aplicável;
- (xvii) contratar, às suas expensas, sempre que necessário, escritório de advocacia de renomada reputação a fim de assessorar a Emissora e o Agente Fiduciário na constituição das garantias mencionadas nesta Escritura, bem como na substituição das garantias, sempre que novas garantias tiverem de ser constituídas e/ou substituídas, conforme o caso;
- (xviii) informar, imediatamente, o Agente Fiduciário, assim que tomar conhecimento a respeito de qualquer alteração na legislação e/ou nas práticas contábeis aplicáveis à elaboração das suas demonstrações financeiras que resulte em impacto relevante nos critérios e parâmetros de cálculo dos Índices e Limites Financeiros;
- (xix) efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário e, sempre que possível, previamente aprovadas pela Emissora, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- (xx) manter sempre vigentes as licenças e autorizações relevantes para a boa condução dos negócios da Emissora; e
- (xxi) notificar o Agente Fiduciário sobre a ocorrência, na mesma data, de qualquer dos eventos acima descritos na Cláusula 5.3.1. acima. O descumprimento desse dever pela Emissora não impedirá o Agente Fiduciário ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.

7. DO AGENTE FIDUCIÁRIO

7.1 A Emissora constitui e nomeia a PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS, acima qualificada, como agente fiduciário desta Emissão, a qual expressamente aceita a nomeação para, nos termos da legislação atualmente em vigor e da presente Escritura, representar a comunhão de Debenturistas perante a Emissora.



7.1.1 O Agente Fiduciário declara:

- (i) não ter, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, parágrafo 3º, de Lei das Sociedades por Ações, e artigo 10 da Instrução CVM 28 e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;
- (ii) aceitar a função que lhe é conferida, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura;
- (iii) aceitar integralmente a presente Escritura e todas as suas Cláusulas e condições;
- (iv) não ter qualquer ligação com a Emissora que o impeça de exercer suas funções;
- (v) estar devidamente autorizado a celebrar esta Escritura e a cumprir com suas obrigações previstas neste instrumento, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- (vi) estar devidamente qualificado a exercer as atividades de Agente Fiduciário, nos termos da regulamentação aplicável vigente;
- (vii) que esta Escritura constitui obrigação legal, válida, vinculativa e eficaz do Agente Fiduciário, exequível de acordo com os seus termos e condições;
- (viii) aceitar a obrigação de acompanhar a ocorrência das hipóteses de vencimento antecipado, descritas na Cláusula 5.3 desta Escritura;
- (x) que a celebração desta Escritura e o cumprimento de suas obrigações nela previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário; e
- (xii) as pessoas que o representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto.

7.2.1 A Emissora, por sua vez, declara não ter qualquer ligação com o Agente Fiduciário que o impeça de exercer, plenamente, suas funções.

7.3 Nas hipóteses de ausência e impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação, falência ou qualquer outro motivo de vacância do Agente Fiduciário, será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias a contar do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas para a escolha de novo agente fiduciário, a qual poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser



substituído, pela Emissora ou por Debenturistas representando, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação ou pela CVM.

7.3.1 A CVM poderá nomear substituto provisório para o Agente Fiduciário enquanto não se consumir o processo de escolha do novo agente fiduciário.

7.3.2 Na hipótese de o Agente Fiduciário não poder continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição.

7.3.3 É facultado aos Debenturistas, após o encerramento do prazo da distribuição, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim.

7.3.4 A substituição do Agente Fiduciário fica sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 8º da Instrução CVM 28 e eventuais normas posteriores.

7.3.5 A substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário deverá ser objeto de aditamento à presente Escritura, que deverá ser averbado na JUCEPAR, onde será inscrita a presente Escritura.

7.3.6 O Agente Fiduciário entrará no exercício de suas funções a partir da data de celebração da presente Escritura devendo permanecer no exercício de suas funções até a sua efetiva substituição ou cumprimento de todas suas obrigações sob esta Escritura e a legislação em vigor.

7.3.7 Aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos da CVM.

7.4 Além de outros previstos em lei ou em ato normativo da CVM, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- (i) proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que toda pessoa ativa e proba costuma empregar na administração de seus próprios bens;
- (ii) renunciar à função na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;



- (iii) conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- (iv) verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento, baseado unicamente nas informações prestadas pela Emissora, sendo certo que o Agente Fiduciário não conduziu nenhum procedimento de verificação independente ou adicional da veracidade das declarações ora apresentadas, com o quê os Debenturistas ao subscreverem ou adquirirem as Debêntures declaram-se cientes e de acordo;
- (v) promover, nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura e eventuais aditamentos, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes. Neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- (vi) acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou inverdades constantes de tais informações;
- (vii) emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das eventuais propostas de modificações nas condições das Debêntures, se for o caso;
- (viii) verificar a regularidade da constituição das garantias, bem como do valor dos bens dados em garantia, observando a manutenção de sua suficiência e exeqüibilidade;
- (ix) solicitar, quando julgar necessário para o fiel cumprimento de suas funções, certidões atualizadas dos distribuidores cíveis, das varas da Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas trabalhistas e procuradoria da Fazenda Pública da localidade da sede da Emissora;
- (x) solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora, às expensas desta;
- (xi) convocar, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes na forma da Cláusula 4.9 desta Escritura, às expensas da Emissora;
- (xii) comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- (xiii) elaborar relatório destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, parágrafo 1º, alínea b, da Lei das Sociedades por Ações, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:



- (a) eventual omissão ou inverdade de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora, ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e a estrutura de capital da Emissora;
 - (d) posição da distribuição ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) amortização do Valor Nominal Unitário ou do saldo do Valor Nominal Unitário e pagamento de Juros Remuneratórios das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) acompanhamento da destinação dos recursos captados através da Emissão, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (g) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (h) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura e demais documentos da Oferta;
 - (i) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de Agente Fiduciário;
 - (j) declaração sobre a suficiência e exequibilidade das garantias prestadas nos termos da Cláusula 4.10 acima; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os dados sobre tais emissões previstos no artigo 12, inciso XVII, alínea (k), itens 1 a 7, da Instrução CVM 28. Para tanto, a Emissora deverá disponibilizar cópia do organograma atualizado do seu grupo societário, contendo, inclusive controladores, controladas, controle comum, coligadas, e integrante de bloco de controle, no encerramento de cada exercício social.
- (xiv) colocar o relatório de que trata o item (xiii) acima à disposição dos Debenturistas no prazo máximo de 4 (quatro) meses a contar do encerramento do exercício social da Emissora, pelo menos nos seguintes locais:

- (a) na sede da Emissora;
 - (b) no seu escritório ou em local indicado pelo Agente Fiduciário;
 - (c) na CVM;
 - (d) na CETIP; e
 - (e) na sede do Coordenador Líder;
-
- (xv) publicar, nos órgãos da imprensa nos quais a Emissora costuma efetuar suas publicações, às expensas da Emissora, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório se encontra à disposição nos locais indicados no inciso anterior;
 - (xvi) manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Banco Mandatário, ao Agente Escriturador e à CETIP;
 - (xvii) coordenar o sorteio das Debêntures a serem resgatadas antecipadamente, se for o caso;
 - (xviii) fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura e das garantias, especialmente daquelas que impõem obrigações de fazer e de não fazer, e os Índices e Limites Financeiros, conforme informações disponíveis e/ou obtidas junto aos administradores da Emissora, na forma desta Escritura, informado prontamente aos Debenturistas as eventuais inadimplências verificadas;
 - (xix) notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 10 (dez) dias, da ciência de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de obrigações assumidas na presente Escritura, indicando o local em que fornecerá aos interessados esclarecimentos adicionais. Comunicação de igual teor deverá ser enviada à CVM e à CETIP;
 - (xx) cumprir os termos e condições estabelecidos nos Contratos de Garantia.
 - (xxi) calcular diariamente o Valor Nominal Unitário das Debêntures, em conjunto com a Emissora, disponibilizando-o aos Debenturistas e aos participantes do mercado, através de sua central de atendimento e/ou do site www.pentagonotrustee.com.br; e
 - (xxii) acompanhar junto à Emissora e ao Banco Mandatário, em cada data de pagamento, o integral e pontual pagamento dos valores devidos, conforme estipulado nesta Escritura de Emissão.

7.5 O Agente Fiduciário usará de quaisquer procedimentos judiciais ou extrajudiciais contra a Emissora para a proteção e defesa dos interesses da comunhão dos Debenturistas e da realização de seus créditos, devendo, em caso de inadimplemento da Emissora, observados os termos desta Escritura:

- (i) declarar, observadas as condições da presente Escritura, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, acrescido dos Juros Remuneratórios correspondentes e demais encargos devidos nas condições especificadas;
- (ii) executar as garantias, aplicando o produto no pagamento integral dos Debenturistas;
- (iii) requerer a falência, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, da Emissora;
- (iv) tomar todas as providências para a realização dos créditos dos Debenturistas; e
- (v) representar os Debenturistas em processo de falência, recuperação judicial e extrajudicial e/ou liquidação extrajudicial e/ou insolvência da Emissora.

7.6 O Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 7.5 (i) a (iv) acima se, convocada a Assembleia Geral de Debenturistas, esta assim o autorizar, por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação, bastando, porém, a deliberação da maioria das Debêntures em circulação quando tal hipótese se referir ao disposto na Cláusula 7.5 (v) acima.

7.7 Será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, honorários pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da legislação em vigor e desta Escritura, correspondentes a uma remuneração anual de R\$8.000,00 (oito mil reais), sendo o primeiro pagamento devido no 5º (quinto) dia útil após a assinatura desta Escritura, e os demais pagamentos, nas mesmas datas dos anos subsequentes.

7.7.1 A remuneração do Agente Fiduciário será acrescida dos seguintes tributos: (i) ISS (Imposto sobre serviços de qualquer natureza); (ii) PIS (Contribuição ao Programa de Integração Social); e (iii) COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social), nas alíquotas vigentes correspondentes ao regime de tributação de lucro real pelas instituições financeiras nas respectivas datas de pagamento, de tal forma que tais valores indicados nesta Escritura correspondam a valores líquidos destes tributos incidentes sobre a prestação de serviços de agente fiduciário pelas instituições financeiras.

7.7.2 A remuneração devida ao Agente Fiduciário nos termos da Cláusula 7.7 acima será atualizada anualmente com base na variação percentual acumulada do IGP-M, ou na sua falta, pelo

mesmo índice que vier a substituí-lo, a partir da data de pagamento da primeira parcela de que trata a Cláusula 7.7 acima.

7.7.3 A remuneração do Agente Fiduciário será devida mesmo após o vencimento das Debêntures, caso o Agente Fiduciário ainda esteja atuando, em nome dos Debenturistas, na cobrança de inadimplências não sanadas pela Emissora.

7.7.4 Caso a Emissora não esteja adimplente com todas as suas obrigações assumidas nesta Escritura ou em caso de reestruturação prévia das condições das Debêntures após a subscrição, será devido, pela Emissora, ao Agente Fiduciário, uma remuneração adicional correspondente a R\$100,00 (cem reais) por hora-homem de trabalho dedicado (i) à assessoria aos Debenturistas; (ii) ao comparecimento em reuniões com a Emissora e/ou com os Debenturistas; (iii) à implantação das consequentes decisões dos Debenturistas e da Emissora; e (iv) à execução das garantias ou para cobrança das Debêntures. A remuneração adicional deverá ser paga mensalmente pela Emissora, ao Agente Fiduciário, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da entrega do relatório demonstrando o tempo dedicado pelo Agente Fiduciário para consecução das atividades listadas acima.

7.7.5 A remuneração do Agente Fiduciário não inclui as despesas razoavelmente incorridas pelo Agente Fiduciário no estrito exercício da função de Agente Fiduciário, conforme sejam comprovadamente necessárias para o exercício de referida função, tais como, notificações, extração de certidões, despesas com viagens e estadias, despesas com especialistas, tais como, auditoria e /ou fiscalização, entre outras.

7.7.6 Em caso de mora no pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, os débitos em atraso ficarão sujeitos a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido.

7.7.7 Na hipótese de ocorrer o cancelamento ou o resgate antecipado da totalidade das Debêntures em circulação, fica estabelecido que o Agente Fiduciário deve devolver, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada *pro rata temporis*, desde a data de pagamento da remuneração até a data do efetivo cancelamento ou resgate da totalidade, à Emissora. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

7.7.8 Fica estabelecido que, na hipótese de vir a ocorrer a substituição do Agente Fiduciário, o substituído deverá devolver à Emissora, no prazo máximo de 72 (setenta e duas horas), a parcela proporcional da remuneração inicialmente recebida sem a contrapartida do serviço prestado, calculada

pro rata temporis, desde a data de pagamento da remuneração até a data da efetiva substituição. Em caso de mora na devolução, a parcela da remuneração em atraso ficará sujeita a juros de mora de 1% (um por cento) ao mês e multa não compensatória de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, sendo que a contagem de mora ocorrerá a partir da notificação da Emissora ao Agente Fiduciário nesse sentido.

7.7.9 Caso sejam alteradas as condições da Emissão, a Emissora e o Agente Fiduciário se comprometem a avaliar os impactos destas alterações nos serviços ora descritos visando à alteração da remuneração do Agente Fiduciário.

7.8 A Emissora ressarcirá o Agente Fiduciário de todas as despesas em que tenha comprovadamente incorrido para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos.

7.8.1 O ressarcimento a que se refere à Cláusula 7.8 acima será efetuado em até 5 (cinco) dias úteis após a realização da respectiva prestação de contas à Emissora.

7.8.2 Tais despesas a serem adiantadas ou reembolsadas pelos Debenturistas incluem também os gastos com honorários advocatícios de terceiros, depósitos, custas e taxas judiciais de ações judiciais propostas pelo Agente Fiduciário ou decorrentes de ações intentadas contra ele no exercício de sua função, ou ainda que lhe causem prejuízos ou riscos financeiros, enquanto representante da comunhão dos Debenturistas.

7.8.3 No caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas com procedimentos legais, inclusive as administrativas, em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas, sempre que possível, e adiantadas pelos Debenturistas e, posteriormente, conforme previsto na legislação aplicável, ressarcidas pela Emissora.

7.8.4 As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias, podendo o Agente Fiduciário solicitar garantia dos Debenturistas para cobertura do risco de sucumbência, assim que arbitrada em juízo.

7.8.5 O crédito do Agente Fiduciário por despesas incorridas para proteger direitos e interesses ou realizar créditos dos Debenturistas que não tenham sido saldados na forma ora estabelecida será acrescido à dívida da Emissora e terá preferência sobre as Debêntures na ordem de pagamento.

7.8.6 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário (i) que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com os Debenturistas; e/ou (ii)



relacionados ao cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nesta Escritura de Emissão ou nas garantias, somente serão válidas mediante a prévia aprovação dos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas.

7.8.7 Nenhuma atribuição ou obrigação tácita será interpretada nesta Escritura contra o Agente Fiduciário. O Agente Fiduciário não será obrigado e/ou vinculado pelas disposições de qualquer outro contrato no qual o Agente Fiduciário não figure como parte e/ou interveniente.

8. DA ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS

8.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas (“Assembleia Geral de Debenturistas”).

8.2. Aplica-se à Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive no que diz respeito à sua convocação, no que couber, além do disposto na presente Escritura, o disposto na Lei das Sociedades por Ações sobre assembleia geral de acionistas.

8.3. A Assembleia Geral de Debenturistas pode ser convocada (i) pelo Agente Fiduciário; (ii) pela Emissora; (iii) por Debenturistas que representem 10% (dez por cento), no mínimo, das Debêntures em circulação; ou (iv) pela CVM.

8.4 A convocação da Assembleia Geral de Debenturistas dar-se-á mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 4.9 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.

8.5 A publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais referida na Cláusula 8.4 acima estará dispensada na hipótese de comparecimento de Debenturistas que representem 100% (cem por cento) das Debêntures em circulação.

8.6 A Assembleia Geral de Debenturistas se instalará, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, metade das Debêntures em circulação e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.

8.7 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora na Assembleia Geral dos Debenturistas.

8.8 O Agente Fiduciário deverá comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.

8.9 A presidência da Assembleia Geral de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito pelos Debenturistas ou àquele que for designado pela CVM.

8.10 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 8.11 abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, 2/3 (dois terços) das Debêntures em circulação.

8.11 Não se aplica o *quorum* a que se refere a Cláusula 8.10 acima:

- (i) aos casos em que há *quorum* expressamente previsto em outras cláusulas desta Escritura de Emissão; e
- (ii) às alterações (a) de *quorum* previsto nesta Escritura de Emissão; (b) dos Juros Remuneratórios; (c) de quaisquer datas de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão devidos aos Debenturistas; (d) do prazo de vigência das Debêntures; (e) da espécie das Debêntures; (f) da criação de evento de repactuação; (g) de qualquer Evento de Inadimplemento; e (h) da Substituição de Garantias, as quais deverão ser previamente aprovadas pela unanimidade dos Debenturistas. As alterações descritas neste item (ii) dependerão, além da aprovação da totalidade dos Debenturistas, da aprovação da Emissora, com o conseqüente aditamento à presente Escritura.

8.12 Para efeito da constituição de *quorum* de instalação e deliberação a que se refere esta Cláusula 8ª, serão consideradas como Debêntures em circulação aquelas Debêntures emitidas pela Emissora que ainda não tiverem sido resgatadas e/ou liquidadas, devendo ser excluídas aquelas que a Emissora possuir em tesouraria, ou que sejam pertencentes ao seu controlador ou a qualquer de suas Controladas ou coligadas, bem como de titularidade dos respectivos diretores ou conselheiros e dos respectivos parentes até segundo grau e dos respectivos cônjuges destes últimos.

8.13 As deliberações tomadas pelos Debenturistas, no âmbito de sua competência legal, observados os *quoruns* estabelecidos nesta Escritura, serão existentes, válidas e eficazes perante a Emissora e obrigarão a todos os Debenturistas, independentemente de terem comparecido à Assembleia Geral de Debenturistas ou do voto proferido em respectiva Assembleia.



9. DECLARAÇÕES E GARANTIAS DA EMISSORA

9.1 A Emissora declara e garante que:

- (i) é sociedade por ações devidamente constituída, com existência válida e em situação regular segundo as leis do Brasil, bem como está devidamente autorizada a desempenhar as atividades descritas em seu objeto social;
- (ii) está devidamente autorizada a celebrar esta Escritura e a cumprir com todas as obrigações previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais, contratuais e estatutários necessários para tanto;
- (iii) a celebração desta Escritura e o cumprimento das obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pela Emissora;
- (iv) as pessoas que a representam na assinatura desta Escritura têm poderes bastantes para tanto;
- (v) na data de assinatura da presente Escritura, sua celebração e a colocação das Debêntures não infringem qualquer disposição legal, ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral, ou quaisquer contratos ou instrumentos dos quais a Emissora seja parte, nem irá resultar em: (a) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos; (b) criação de qualquer ônus sobre qualquer ativo ou bem da Emissora, exceto por aqueles já existentes nesta data ou decorrentes da celebração desta Escritura e da colocação das Debêntures; ou (c) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- (vi) nenhum registro, consentimento, autorização, aprovação, licença, ordem de, ou qualificação perante qualquer autoridade governamental ou órgão regulatório, é exigido para o cumprimento, pela Emissora, de suas obrigações nos termos desta Escritura e das Debêntures, ou para a realização da Emissão, exceto a inscrição desta Escritura na JUCEPAR e nos cartórios de títulos e documentos competentes, o registro das Debêntures na CETIP e o registro dos Contratos de Garantia;
- (vii) a sua situação econômica, financeira e patrimonial, nesta data, não sofreu qualquer alteração significativa que possa afetar de maneira adversa sua solvência;
- (viii) tem plena ciência e concorda integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, divulgada pela CETIP, e que a forma de cálculo da remuneração das Debêntures foi determinada



por sua livre vontade;

- (ix) as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, datadas de 31 de dezembro de 2008, 2009 e 2010 e ainda as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora, para o período encerrado em 31 de outubro de 2011 representam corretamente a posição patrimonial e financeira da Emissora naquelas datas e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios fundamentais de contabilidade do Brasil e refletem corretamente os ativos, passivos e contingências da Emissora;
- (x) cumprirá todas as obrigações assumidas nos termos desta Escritura, incluindo, mas não se limitando, à obrigação de destinar os recursos obtidos com a Emissão aos fins previstos na Cláusula 3.7 desta Escritura;
- (xi) tem todas as autorizações e licenças (inclusive ambientais) relevantes exigidas pelas autoridades federais, estaduais e municipais para o exercício de suas atividades, sendo todas elas válidas;
- (xii) salvo nos casos em que, de boa fé, esteja discutindo a aplicabilidade da lei, regra ou regulamento nas esferas administrativa ou judicial, está cumprindo todas as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios e que sejam relevantes para a execução das suas atividades, inclusive com o disposto na legislação e regulamentação ambiental, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias destinadas a evitar ou corrigir eventuais danos ambientais decorrentes do exercício das atividades descritas em seu objeto social;
- (xiii) não realizará outra oferta pública de debêntures da mesma espécie dentro do prazo de 4 (quatro) meses contados da data do encerramento da oferta das Debêntures, a menos que a nova oferta seja submetida a registro na CVM ; e
- (xiv) não há qualquer ligação entre a Emissora e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções previstas nesta Escritura.

9.2 A Emissora obriga-se a notificar imediatamente o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações ora prestadas tornem-se inverídicas ou incorretas.



10. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura deverão ser encaminhadas para os seguintes endereços:

(i) *Para a Emissora:*

Rocha terminais Portuários e Logística S.A.

Rua João Eugênio, 922, Centro

83.203-400, Paranaguá, Paraná

At.: Sr. Paulo Fraga

Tel.: (41) 3420-2300

Fax: (41) 3420-2399

e-mail: pfraga@rochalog.com.br

(ii) *Para o Agente Fiduciário:*

Pentágono S.A. Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários

Avenida das Américas, nº 4.200, Bloco 04, Sala 514

22640-102, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro

At.: Sr. Marco Aurélio Ferreira (Backoffice) / Srtª. Nathalia Machado (Jurídico)

Tel: + 55 (21) 3385-4565

Fax: + 55 (21) 3385-4046

E-mail: backoffice@pentagonotrustee.com.br / juridico@pentagonotrustee.com.br

(iii) *Para o Banco Mandatário:*

Itaú Unibanco S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela

04309-010, São Paulo, São Paulo

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

Email: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(iv) *Para o Agente Escriturador:*

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela

04309-010, São Paulo/SP

At.: João Paulo Silva Euvaldo e Ana Paula Gralhóz Stringueta e Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 5029-1963/ 5029-1910

Fax: (11) 5029-1535/ 5029-1528/ 5029-1920

Emails: joão.euvaldo@itau-unibanco.com.br e ana.strigueta@itau-unibanco.com.br e claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

(v) *Para a CETIP:*

CETIP S.A. – BALCÃO ORGANIZADO DE ATIVOS E DERIVATIVOS

Av. República do Chile, nº 230, 11º andar, CEP 20031-170 - Rio de Janeiro, RJ

Tel.: (21) 2276-7474

Fax: (21) 2252-4308/2262-5481

ou

Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1663, 4º andar, CEP 01452-000 - São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax: (11) 3111-1564

At.: Gerência de Valores Mobiliários

Email: gr.debentures@cetip.com.br

10.2 As comunicações serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com aviso de recebimento expedido pelo correio ou ainda por telegrama enviado aos endereços acima.

10.3 As comunicações feitas por fax ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado através de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços acima em até 5 (cinco) dias úteis após o envio da mensagem.

10.4 A mudança de qualquer dos endereços acima deverá ser imediatamente comunicada às demais Partes.

10.5 Exceto quando previsto expressamente de modo diverso na presente Escritura, entende-se por “dia útil” qualquer dia da semana, exceto sábado, domingos e feriados nacionais ou ainda, quando não houver expediente bancário na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, ressalvados os casos de pagamentos que devam ser realizados através da CETIP, hipótese em que somente “dia útil” será qualquer dia da semana, exceto sábado, domingo ou feriado nacional. Quando a indicação de prazo contado por dia na presente Escritura não vier acompanhada da indicação de “dia útil”, entende-se que o prazo é contado em dias corridos.



10.6 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes da presente Escritura. Desta forma, nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba aos Debenturistas em razão de qualquer inadimplemento da Emissora prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo, nem constituirá novação ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

10.7 Caso qualquer das disposições ora aprovadas venha a ser julgada ilegal, inválida ou ineficaz, prevalecerão todas as demais disposições não afetadas por tal julgamento, comprometendo-se as Partes, em boa-fé, a substituírem as disposições afetadas por outra que, na medida do possível, produza o mesmo efeito.

10.8 Esta Escritura é regida pelas Leis da República Federativa do Brasil.

10.9 Esta Escritura e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos dos incisos I e II do artigo 585 do Código de Processo Civil, reconhecendo as Partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura comportam execução específica e se submetem às disposições dos artigos 632 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures, nos termos desta Escritura.

10.10 Esta Escritura é firmada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes por si e seus sucessores.

10.11 Todos e quaisquer custos incorridos em razão do registro desta Escritura, dos Contratos de Garantia, bem como de eventuais seus aditamentos, e dos atos societários relacionados a esta Emissão, nos registros competentes, serão de responsabilidade exclusiva da Emissora.

10.12 O Agente Fiduciário não será obrigado a efetuar nenhuma verificação de veracidade nas deliberações societárias e em atos da administração da Emissora ou ainda em qualquer documento ou registro que considere autêntico e que tenha sido, ou seja, encaminhado pela Emissora, ou por seus colaboradores, para se basear nas suas decisões. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração destes documentos, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora de elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.

10.13 O Agente Fiduciário não será responsável por verificar a suficiência, validade, qualidade, veracidade ou completude das informações técnicas e financeiras constantes de qualquer documento que



lhe seja enviado com o fim de informar, complementar, esclarecer, retificar ou ratificar as informações desta Escritura e dos demais documentos da Emissão.

10.14 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28 e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando o Agente Fiduciário isento, sob qualquer forma ou pretexto, de qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

11. FORO

11.1 Fica eleito o Foro da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas desta Escritura, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou possa vir a ser.

E por estarem assim justas e contratadas, as Partes firmam a presente Escritura, em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas.

* * *

Paranaguá, 30 de novembro de 2011.



[Página 1/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Rocha Terminais Portuários e Logística S.A.]

ROCHA TERMINAIS PORTUÁRIOS E LOGÍSTICA S.A.

Por:

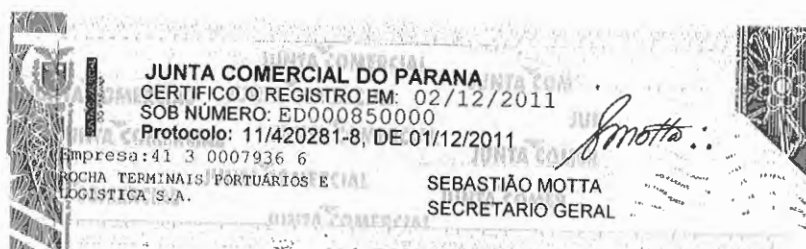
Cargo:

Ademir Bazzoni
Diretor Presidente

Por:


Cargo:

Ademir Bazzoni
DIRETOR




[Página 2/2 de assinaturas do Instrumento Particular de Escritura da Primeira (1ª) Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, em Série Única, da Espécie com Garantia Real, para Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação, da Rocha Terminals Portuários e Logística S.A.]

PENTÁGONO S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por: 
Cargo: **Nathalia Machado Loureiro**
Diretora

Testemunhas:

1. 
Nome: **Karina Cardozo de Oliveira**
RG: **45 982.020-4**
CPF: **380 664 65-7**

2. 
Nome: **MARINA M. CORRÊA**
RG: **38 025 0317**

